



CONSELHO  
FEDERAL DE  
ODONTOLOGIA



**ATA DA ASSEMBLEIA CONJUNTA DO CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA COM  
OS PRESIDENTES DOS CONSELHOS REGIONAIS DE ODONTOLOGIA, REALIZADA  
EM 26 DE FEVEREIRO DE 2015, EM BRASÍLIA (DF)**

1 Às quatorze horas do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e quinze, no Base Concept  
2 Hotel, situado no Aeroporto Internacional de Brasília, Setor de Concessionárias, lote dois,  
3 Lago Sul, em Brasília, no Distrito Federal, reuniu-se o Conselho Federal de Odontologia  
4 (CFO) em Assembleia Conjunta com os Presidentes dos Conselhos Regionais de Odontologia,  
5 com a presença dos seguintes **conselheiros federais efetivos**: Ailton Diogo Morilhas  
6 Rodrigues - presidente, Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira - vice-presidente, Genésio  
7 Pessôa de Albuquerque Júnior - secretário-geral, Rubens Côrte Real de Carvalho - tesoureiro,  
8 Benício Paiva Mesquita, Cesar José Campagnoli, Ericson Leão Bezerra, José Mário Morais  
9 Mateus e José Ricardo Dias Pereira; dos **conselheiros federais suplentes**: Ataíde Mendes  
10 Aires, Dalter Silva Favarete, Eimar Lopes de Oliveira, Maria Izabel de Souza Ávila Ramos,  
11 Mário Dourado Queiroz, Messias Gambôa de Melo, Murilo Rosa, Paulo Sérgio Moreira da  
12 Silva e Tito Pereira Filho; dos **presidentes e/ou representantes dos Conselhos Regionais  
13 de Odontologia**: João Alfredo Tenório Lins Guimarães (Alagoas), Raimundo Nazareno de  
14 Souza Ávila (Amapá), João Batista Figueiredo Franco (Amazonas), Francisco Xavier  
15 Paranhos Coêlho Simões (Bahia), Eliardo Silveira Santos (Ceará), Samir Najjar (Distrito  
16 Federal), Luzimar Gomes de Oliveira Pinheiro (Espírito Santo), Jean-Jacques Rodrigues  
17 (Goiás), José Marcos de Matos Pinheiro (Maranhão), Francisco Carlos Grilo (Mato Grosso do  
18 Sul), Luciano Elói Santos (Minas Gerais), Roberto de Sousa Pires (Pará), Abraão Alves de  
19 Oliveira (Paraíba), Roberto Eluard da Veiga Cavali (Paraná), Rogério Dubosselard  
20 Zimmermann (Pernambuco), Roberta Atta Farias (Piauí), Gláucio de Morais e Silva (Rio  
21 Grande do Norte), José Maria Holderbaum (Rio Grande do Sul), Afonso Fernandes Rocha  
22 (Rio de Janeiro), Hailton Cavalcante dos Santos (Rondônia), Elton Vieira de Souza Leite  
23 (Secretário - Roraima), Guido Riter Bonmann (Tesoureiro - Santa Catarina), Claudio Yukio  
24 Miyake (São Paulo), Anderson Lessa Siqueira (Sergipe) e Juliano do Vale (Tocantins);  
25 **assessor especial da presidência**: Ermensson Luiz Jorge; dos doutores Silvio Jorge  
26 Cecchetto (coordenador da Região Sudeste), Luis Eduardo Lopes de Albuquerque  
27 (coordenador da Região Norte), Sérgio de Sá Pires, Anselmo Calixto (Comissão CFO), Nilo  
28 Celso Pires (Comissão CFO), Mirian Passos Brandão (representante CFO) e Luiz Fernando  
29 Rodrigues Rosa (representante CFO); do superintendente-executivo do CFO, Antônio Márcio  
30 Coimbra; do procurador jurídico do CFO, Luiz Edmundo Gravatá Maron; e, demais  
31 participantes cujos nomes constam no Livro de Presença. **1) Assinatura no Livro de  
32 Presença.** Todos os participantes acima citados assinaram o livro de presença.  
33 **2) Verificação e proclamação do "quorum" Regimental.** O secretário-geral, Genésio  
34 Pessôa de Albuquerque Júnior, constatou "quorum" regimental. **3) Abertura da Sessão.**  
35 Pedindo a proteção de Deus, o **presidente do CFO** fez votos de uma assembleia tranquila e  
36 profícua, e deu início aos trabalhos. Comunicou que será distribuída aos presentes uma  
37 maquete como uma pequena lembrança da nova sede do CFO, a qual todos visitarão  
38 amanhã. O **presidente do CFO** lembrou que a nova sede foi uma das promessas de  
39 campanha e fez alguns esclarecimentos sobre a aquisição do imóvel. Em seguida, falou de  
40 sua ida ao Palácio do Planalto a convite do presidente do CRO-DF para assistir uma

**ATA DA ASSEMBLEIA CONJUNTA DO CFO COM OS PRESIDENTES  
DOS CROs, DE 26/02/2015, EM BRASÍLIA (DF)**

- continuação -

-2-

41 explanação do Ministro Guilherme Domingos Afif sobre o Simples Nacional. O Ministro lhe  
42 prometeu igualar a Odontologia à OAB, na faixa dos 4,5% do Simples. Acrescentou que neste  
43 evento, também, por meio do presidente do CRO-DF, conseguiram ter acesso à presidente  
44 Dilma Rousseff, a qual os cumprimentou e pousou para foto. Acrescentou, ainda, que ao  
45 encontrar com o Ministro da Saúde este lhes disse que o impasse à Coordenação de Saúde  
46 Bucal do Ministério da Saúde será resolvido pelo mesmo junto com a presidente da  
47 república. Concluindo, agradeceu a acolhida do presidente do CRO-DF. **4) Alteração do**  
48 **Regimento Eleitoral (Resolução CFO-80/2007).** *Sugestão do CRO-PR para apreciação*  
49 *do documento entregue pela comissão especial constituída pelos cirurgiões-dentistas*  
50 *Emil Adib Razuk, José Ricardo Dias Pereira, Juliano do Vale, Dalter Silva Favarete e*  
51 *Roberto Eluard da Veiga Cavali. Revisão do Regimento Eleitoral (CRO-GO e CRO-PE).*  
52 Antes de iniciar, o **presidente do CFO** solicitou que os representantes dos presidentes de  
53 regional que não puderam comparecer se apresentassem, assim como os que nunca  
54 participaram de uma Assembleia. Continuando, comunicou que a presidente do CRO-AC está  
55 com problema sério de saúde e por isso não poderia comparecer. A presidente do CRO-MT  
56 também o havia informado da impossibilidade de comparecer. O **representante do CRO-**  
57 **RR**, Elton Vieira de Souza Leite; o **do CRO-SC**, Guido Riter Bonmann; o **presidente do CRO-**  
58 **CE**; e, o **do CRO-RS** se apresentaram. Prosseguindo, passou-se ao tema do Regimento  
59 Eleitoral. O **presidente do CRO-PR** fez um relato de como surgiu a comissão e o andamento  
60 do trabalho da mesma, cujo relatório encontra-se anexado a esta ata. Durante o relato,  
61 informou que o **presidente do CRO-MA** lhe entregou uma proposta de alteração do artigo  
62 51, acrescentando as alíneas "d" - e "e", como se segue: *d) possibilidade de voto por*  
63 *correspondência, inclusive, nas localidades onde houver possibilidade de voto presencial, sendo*  
64 *que o voto somente será computado se chegar na mesa receptora de votos por correspondência*  
65 *até o momento de encerrar a votação; e) possibilidade de voto eletrônico, conforme*  
66 *regulamentação a ser baixada pelo CFO, segundo artigo 4º, alínea "g", da Lei 4.324/1964).* Em  
67 seguida, o **presidente do CRO-GO** explicou que não elaborou uma proposta de alteração,  
68 mas quis chamar atenção para a necessidade da modificação do Regimento Eleitoral, entre  
69 elas o voto pela internet. Em seguida, o assunto foi posto em discussão, durante a qual foram  
70 abordados os temas: voto pela internet; votos brancos e nulos; votação eletrônica; e,  
71 adimplentes e inadimplentes. Durante a discussão, o **presidente do CRO-MS** sugeriu que o  
72 relatório final da comissão fosse enviado aos CROs para análise e melhor entendimento das  
73 propostas de alteração; e, o **presidente do CFO** informou o projeto de lei de alteração da Lei  
74 4.324/1964, está na Comissão de Seguridade Social, e que este é o momento para se tentar a  
75 aprovação deste projeto e do referente à UTI e à Odontologia do Trabalho. Quanto à votação  
76 das alterações do Regimento Eleitoral, o **presidente do CRO-PE** sugeriu que a votação fosse  
77 nominal. O **presidente do CRO-MA** propôs que a questão do voto eletrônico fosse mais  
78 discutida. Após exaustiva discussão e correção de redação, votou-se nominalmente para  
79 alterar ou não o Regimento Eleitoral. Estavam ausentes à votação os Conselhos Regionais do  
80 Acre e Mato Grosso, e os conselheiros-federais Dalter Silva Favarete e Eimar Lopes de  
81 Oliveira. A favor da alteração foram 40 (quarenta) votos, assim distribuídos: **CROs** - Alagoas,  
82 Amazonas, Amapá, Bahia Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato  
83 Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte,  
84 Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e

**ATA DA ASSEMBLEIA CONJUNTA DO CFO COM OS PRESIDENTES**  
**DOS CROs, DE 26/02/2015, EM BRASÍLIA (DF)**

- continuação -

-3-

85 Tocantins; conselheiros federais: Ailton Diogo Morilhas Rodrigues, Leonardo Marconi  
86 Cavalcanti de Oliveira, Genésio Pessôa de Albuquerque Júnior, Rubens Côrte Real de  
87 Carvalho, Benício Paiva Mesquita, Cesar José Campagnoli, José Mário Morais Mateus, José  
88 Ricardo Dias Pereira, Ataíde Mendes Aires, Ericson Leão Bezerra, Tito Pereira Filho, Paulo  
89 Sérgio Moreira da Silva, Maria Izabel de Souza Ávila Ramos, Mário Dourado Queiroz, Messias  
90 Gambôa de Melo e Murilo Rosa. O texto aprovado pela Assembleia foi: "Os artigos 39, 51, 68  
91 e 84 do Regimento Eleitoral do Conselho Federal de Odontologia, aprovado pela Resolução  
92 CFO-80, de 12 de dezembro de 2007, passam a vigor com as seguintes redações: "Art. 39. Os  
93 membros efetivos e suplentes dos Conselhos Regionais de Odontologia são eleitos, na forma  
94 prevista neste Regimento, para um mandato bienal, em votação secreta, por maioria  
95 absoluta de votos dos cirurgiões-dentistas nele inscritos, com direito a voto, na respectiva  
96 unidade da Federação, não computados os votos brancos e nulos. § 1º. Se não for obtida a  
97 maioria absoluta, proceder-se-á a nova eleição dentro de 20 (vinte) dias após a apuração da  
98 primeira, com a participação das 2 (duas) chapas mais votadas, considerando-se eleita a que  
99 obtiver a maioria dos votos dos cirurgiões-dentistas votantes, não computados os votos  
100 brancos e nulos. § 2º. Em caso de empate na segunda eleição, será eleita a chapa que, entre  
101 as duas empatadas, houver obtido a maioria dos votos válidos. Se persistir o empate, será  
102 eleita a chapa que contiver o cirurgião-dentista com o número de inscrição mais antigo no  
103 respectivo Conselho Regional. § 3º. No caso de chapa única, esta será considerada eleita com  
104 qualquer número de votos. § 4º. Para a apuração do "quorum", que deverá ser feita até 30  
105 (trinta) dias antes do pleito, serão computados os cirurgiões-dentistas com os seguintes  
106 requisitos: a) com inscrição principal efetuada até 60 (sessenta) dias antes do pleito,  
107 excetuando aquele que tenha anotada, em sua carteira profissional, a condição de "cirurgião-  
108 dentista militar"; e, b) quites com a Tesouraria, inclusive com a anuidade correspondente ao  
109 exercício anterior ao da eleição, quando esta se realizar no primeiro semestre e com a do  
110 ano, quando no segundo. § 5º. O Presidente da Comissão Eleitoral mandará juntar ao  
111 processo eleitoral declaração por ele firmada referente à apuração do "quorum", conforme  
112 modelo que constitui o anexo nº 11 deste Regimento. § 6º. Para os fins específicos deste  
113 Regimento, são considerados "eleitores" os cirurgiões-dentistas que têm direito ao voto e  
114 "votantes" os que exercem esse direito." ... "Art. 51. As chapas inscritas constarão de edital a  
115 ser afixado na sede do Conselho Regional, imediatamente após a reunião a que se refere o  
116 artigo 50, e publicado, resumidamente, em jornal de grande circulação. Parágrafo único. Do  
117 edital referido no artigo anterior, deverá ainda constar: a) data e horário das eleições;  
118 b) endereço das mesas eleitorais; c) referência sobre a obrigatoriedade de votar e os  
119 requisitos para exercer o respectivo direito; d) possibilidade de voto por correspondência;  
120 inclusive nas localidades onde houver possibilidade de voto presencial, sendo que o voto  
121 somente será computado se chegar à mesa receptora de votos por correspondência até o  
122 momento de encerrar-se a votação; e, e) possibilidade de voto eletrônico, conforme  
123 regulamentação a ser baixada pelo Conselho Federal de Odontologia, segundo o artigo 4º,  
124 alínea "g", da Lei nº 4.324/64." ... "Art. 68. Será permitido o voto por correspondência, ao  
125 eleitor que se encontra em qualquer município, inclusive aqueles onde houver mesa  
126 eleitoral, observadas as seguintes normas:" a) o número correspondente à inscrição da  
127 chapa será colocado em papel branco, sem pauta, e sem qualquer outra anotação, nome ou  
128 assinatura; b) o eleitor votará conforme o prescrito no item VI do artigo anterior, se tiver em

**ATA DA ASSEMBLEIA CONJUNTA DO CFO COM OS PRESIDENTES  
DOS CROs, DE 26/02/2015, EM BRASÍLIA (DF)**

- continuação -

-4-

129 mãos a cédula única fornecida pelo Conselho Regional; c) a cédula ou o papel branco será  
130 colocado(a) em sobrecarta, também branca, comum, opaca, de modo a impossibilitar a  
131 revelação do voto contido; d) o ofício dirigido ao Conselho Regional e a sobrecarta contendo  
132 o voto, serão colocados dentro de sobrecarta maior, colando-a e remetendo ao Conselho  
133 Regional, com a declaração “fim eleitoral” em destaque, e indicação expressa e legível do  
134 nome do remetente, endereço e localidade onde residir ou se encontrar, bem como o  
135 número de sua inscrição; e, e) o voto será remetido obrigatoriamente através do serviço  
136 postal, e somente será computado se chegar à mesa receptora de votos por correspondência  
137 até o momento de encerrar-se a votação. ... “Art. 84. O Presidente do Conselho Regional  
138 declarará eleita a chapa que obtiver, na primeira eleição, a maioria absoluta dos votos  
139 válidos dos cirurgiões-dentistas inscritos, ou, sendo que em ambos os turnos, serão  
140 excluídos da contagem, os votos brancos e nulos.” Ficam cancelados os parágrafos 1º, 2º e  
141 3º, do artigo 84 e o artigo 88, do Regimento Eleitoral vigente, aprovado pela Resolução CFO-  
142 80/2007.”. Em seguida, discutiu-se a necessidade de votar ou não a eleição pela internet. O  
143 **presidente do CRO-MG** solicitou que fosse votada a decisão de que se pode realizar o voto  
144 eletrônico digital via internet com base no documento base do CRO-MA. O **presidente do**  
145 **CRO-SP** sugeriu um sistema único de votação via internet e a criação de um grupo ou  
146 comissão para dar continuidade à proposta do CRO-MA. Este grupo definiria todos os  
147 detalhes para que em 2016 as eleições sejam realizadas nos novos moldes. Durante  
148 apreciação da matéria, o **secretário-geral do CFO** sugeriu que o presidente do CRO-MA  
149 fosse o responsável pela comissão. Mais adiante, reportando-se à Comissão Especial para  
150 estudo da viabilidade de aplicação do escalonamento das anuidades por tempo de inscrição,  
151 o **secretário-geral do CFO** informou que a mesma já foi devidamente portariada, podendo  
152 iniciar seus trabalhos. Após exaustiva discussão, foi aprovado constituir Comissão Especial  
153 com a finalidade de promover estudos visando a implantação do voto via internet, nas  
154 eleições dos Conselhos Regionais de Odontologia, com os seguintes integrantes: José Marcos  
155 de Matos Pinheiro (presidente do CRO-MA); Claudio Yukio Miyake, CD (presidente do CRO-  
156 SP); José Maria Holderbaum, CD (Presidente do CRO-RS); e, Luciano Maurício Sampaio  
157 Barreto (Gerente de Tecnologia da Informação do CFO). O **presidente do CRO-MG** externou  
158 sua vontade de integrar a referida Comissão. 5) **Regulamentação das auditorias conforme**  
159 **a Lei nº 13.003/2014 (CRO-GO)**. O **presidente do CRO-GO** expôs que a Lei aborda a  
160 obrigatoriedade da contratualização do profissional na questão dos convênios (firmação do  
161 contrato entre o profissional e a prestadora), assim como faz referência a vários aspectos  
162 relacionados às auditorias e regulação desse serviço. Acrescentou que há uma dificuldade  
163 entre os peritos e auditores. Assim faz-se necessária a regulamentação, tendo em vista que a  
164 agência não entra no mérito da autonomia do profissional. Apenas normatiza aspectos  
165 funcionais administrativos. O **presidente do CRO-GO** disse ver a questão com certa  
166 preocupação, pois nenhuma profissão que atende por plano de saúde passa por uma  
167 inspeção do trabalho realizado tão grande quanto à Odontologia. Diante disso, expôs que a  
168 proposta do CRO-GO é que se normatize as auditorias na Odontologia. O doutor **Benício**  
169 **Paiva Mesquita**, representante do CFO na Câmara de Saúde Suplementar da Agência  
170 Nacional de Saúde (ANS), esclareceu que a ANS passou a dizer que as operadoras de planos  
171 de saúde têm que obedecer às normas dos Conselhos (Resoluções CFO-19/2001 e 20/2001).  
172 O **presidente do CRO-PE** propôs que fosse elaborado um modelo de contrato para ser

